

BRASILIANAS

Internet



No DF, o cartão de crédito segue como vilão

Inadimplência no DF supera média nacional em 17,5 pontos

O índice de endividamento do DF está próximo da média nacional (80,4%), mas a inadimplência local é muito superior: 47,1% contra 29,6% no país. A diferença de 17,5 pontos percentuais evidencia maior dificuldade de pagamento entre os brasilienses, pressionados por juros elevados e inflação persistente.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor do DF (Peic), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o percentual de famílias endividadas no DF passou de 80,0% em fevereiro para 79,7% em março, o que representa 841.657 famílias. Apesar da leve queda mensal, o índice segue muito acima do registrado em março de 2025, quando estava em 66,7%.

Na contramão, o total de famílias com contas em atraso chegou a 497.433, equivalente a 47,1% do total, contra 45,1% em fevereiro. O avanço significa 21.517 novos inadimplentes em apenas um mês e 70.774 a mais que há um ano. O grupo sem condições de pagar dívidas permaneceu estável em 20,4%, ou 215.770 famílias. Para a Fecomércio-DF, o cenário mostra que, embora o nível de endividamento esteja em linha com o país, a capacidade de pagamento das famílias brasilienses vem sendo mais pressionada.

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília



O Shopping Popular de Brasília foi inaugurado em 2008

Shopping Popular será revitalizado

O Shopping Popular de Brasília, inaugurado em 2008 para abrigar camelôs e ambulantes, está fechado desde 2017 e será revitalizado. Em 7 de abril de 2026, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, assinou portaria que autorizou a cessão onerosa do terreno da União ao Governo do Distrito Federal.

Segundo Dweck, a decisão segue orientação do presidente Lula para que áreas da União sem uso sejam destinadas a projetos que beneficiem a população. Participaram da assinatura a secretária da SPU, Carolina Stuchi, o superintendente Roberto Policarpo e os deputados distritais Chico Vigilante e Ricardo Vale.

O projeto prevê infraestrutura completa, com energia elétrica regularizada, segurança, estacionamento e acessibilidade. Parte da área será destinada a permissionários históricos, enquanto um terço do térreo ficará reservado para agricultura familiar e economia solidária. Também estão previstas áreas de gastronomia e serviços, além do retorno de órgãos públicos como o Detran-DF e o BRB.

POR WILLIAM FRANÇA

Cartão de crédito domina dívidas

No Distrito Federal, o cartão de crédito segue como principal modalidade de endividamento, presente em 86,9% das dívidas contratadas.

Entre famílias com renda de até 10 salários mínimos, o índice chega a 92,0%, enquanto entre aquelas com renda superior, o percentual é de 76,0%. A concentração nessa forma de crédito revela a dependência dos consumidores de um instrumento de fácil acesso, mas de custo elevado.

A pesquisa da CNC mostra ainda que o tempo médio de atraso no pagamento das dívidas é de 68 dias. O comprometimento médio da renda com dívidas corresponde a 35 semanas, ou seja, até oito meses para quitar os débitos.

Esse prazo, considerado bastante prolongado, indica que muitas famílias precisam reorganizar o orçamento por longo período para conseguir liquidar compromissos.

Apesar da alta inadimplência, o percentual de renda comprometida com dívidas no DF está em 23,6%, abaixo do pico histórico de 35,8% registrado em agosto de 2016 e também inferior à média nacional atual.

Revitalização terá prazo de 36 meses

O cronograma de revitalização do Shopping Popular de Brasília prevê prazo de 36 meses para conclusão das obras.

A fase inicial inclui a regularização da rede elétrica e reforço da segurança, permitindo a ocupação futura. Além da área comercial, o projeto contempla espaços culturais, esportivos e de lazer.

O novo centro contará com 1,5 mil boxes fixos. Permissionários históricos terão prioridade na ocupação, mediante formalização como comerciantes. As demais unidades serão preenchidas por meio de licitações eletrônicas e chamamentos públicos, com cotas específicas para cooperativas de agricultura familiar e pequenos produtores.

A presidente da Associação do Shopping Popular, Edilene "Galega" Fernandes, afirmou que a reforma é essencial para que os comerciantes retomem suas atividades com dignidade.

Para a SPU, o projeto reforça o valor do programa "Imóvel da Gente", que transforma bens públicos ociosos em espaços de inclusão social e geração de renda.



Celina não descartou pedir apoio no caso BRB-Master

Celina Leão defende diálogo com o governo

Celina afirma que ausência de interferência é positiva ao BRB

Por Isabel Dourado

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), afirmou nesta quarta-feira (8), que não sabe se há necessidade ou previsão de apoio do governo federal ao Banco de Brasília (BRB). Segundo a governadora, a ausência de interferências já seria considerada positiva.

"O diálogo é o que pode ultrapassar qualquer tipo de barreira contrária. Então, acho que o diálogo precisa acontecer entre as instituições. Eu não sei se existe necessidade (do aporte do governo federal) se eles vão fazer, mas eu acho que se não atrapalhar, já ajuda muito."

A declaração foi dada durante agenda de reinauguração da cozinha do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Ao assumir o governo no dia 30 de março, Celina não descartou a possibilidade de buscar apoio do governo federal para resolver a crise no BRB. Ela também afastou qualquer participação das decisões envolvendo o BRB.

Auditoria

O Banco de Brasília (BRB) informou na noite de terça-feira (7) que concluiu a auditoria externa independente contratada para investigar as operações financeiras realizadas entre a instituição e o Banco Master. O relatório final foi encaminhado para a Polícia Federal que deve tomar

as medidas cabíveis. A investigação externa foi feita pelo escritório Machado Meyer Advogados, com assistência técnica da Kroll. O BRB disse que promoveu "o encaminhamento do respectivo material à Polícia Federal, para, caso identifique materialidade, adote eventuais medidas cabíveis."

"Em continuidade às investigações independentes e em consonância com o Fato Relevante divulgado em 2 de dezembro de 2025, foram concluídos os trabalhos conduzidos pelas empresas contratadas para apuração dos fatores relacionados à operação "Compliance Zero" que possam envolver a Companhia", diz o comunicado.

O encaminhamento do relatório ocorre após meses de apuração iniciada em meio à crise envolvendo as irregularidades na compra das controversas carteiras de crédito do banco Master pelo BRB. Em fevereiro, o BRB já havia enviado à Polícia Federal um relatório preliminar com "achados relevantes".

"O BRB reafirma seu compromisso com a transparência, com a governança corporativa e com a adequada prestação de informações ao mercado, observados os deveres de sigilo legal e de proteção de informações confidenciais necessárias à preservação dos interesses da Companhia e à regular condução dos procedimentos cabíveis", informou a instituição.